

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 12 DE JULHO DE 2018

A Assembleia Municipal de Peso da Régua reuniu em sessão extraordinária no dia 12 de Julho de 2018, com início às vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, para dar cumprimento a convocatória de 5 de Julho de 2018.

Não responderam à chamada os Srs. Deputados Ana Paula Teixeira de Carvalho, Antonio Andrade Monteiro Guedes, Carla Sofia Marracho Borges, Maria Isabel Barroco de Melo, Nuno José Vieira Fernandes e Paulo Jorge da Cruz Costa, sendo substituídos pelos Srs. Deputados Marlene Monteiro de Almeida, Joaquim Carlos Rebelo Marques, Isabel Maria Guedes de Sá, Paulo Manuel Monteiro Carvalho Rocha, Carlos Alexandre Paiva de Carvalho e Fernando José Aires Lebres, respetivamente.

Ponto único a ser tratado: Apresentação, discussão e aprovação da proposta de constituição da empresa Águas do Interior Norte, E.I.M, S.A.

O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer uma abordagem ao histórico nesta matéria, tendo referido que o relacionamento com a Águas de Trás os Montes e Alto Douro SA, agora Águas do Norte, não tem corrido muito satisfatoriamente para o nosso município. Apontou como exemplo o facto dos custos para o município serem excessivos, inadequados.

Referiu-se, criticamente, à disparidade de tarifas entre o litoral e o interior, defendendo que os preços deviam ser iguais para todos, tal como sucede com a energia.

Lembrou ainda a criação da taxa de saneamento, a qual praticamente duplicou preço da água.

Fez um resumo de todas as tentativas que foram feitas para que fosse feita justiça quanto aos custos a suportar.

Deu conta das várias iniciativas que foram desenvolvidas, nomeadamente em conjunto com outros municípios, em ordem a ser alcançada uma solução mais adequada, tendo sido referido a título exemplificativo um estudo que foi solicitado ao Sr. Eng. Nuno Cardoso.

Abordou ainda o envolvimento judicial aqui enxertado.

Esta nova entidade surge enquadrada pela CIM Douro e visa a obtenção de apoios comunitários.

Explicou de seguida como será o mecanismo dos custos a suportar pelos munícipes e quais as obrigações dos Municípios.

Lembrou que as tarifas não sofreram alterações nos últimos dez anos e que vai ser necessário proceder a atualizações.

Explicou ainda a situação referente ao quadro de pessoal da nova sociedade, informando por exemplo que o pessoal que for trabalhar para a sociedade tem a opção de regressar ao quadro do município se vier a ser essa a sua vontade, sem que percam, seja em que circunstância for, quaisquer regalias ou direitos.

Neste momento estão envolvidos nove municípios, mas serão bem-vindos outros que venham a querer aderir.

Terminou dizendo que o que importa é encontrar uma solução que seja favorável para o concelho.

A Sra. Deputada da CDU, Gabriela Mesquita Portela de Mesquita Guimarães, entregou uma declaração de voto que está anexa a esta ata.

A Sra. Deputada Joana Catarina do Souto Lopes deu conta de dúvidas quanto à implementação dos serviços e quanto aos custos que poderão ter de ser suportados pelos munícipes. Perguntou qual o motivo que levou à manutenção do valor da tarifa ao longo destes anos e como é que irá ser justificado pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos Srs. Presidentes das Juntas, o aumento abrupto que irá verificar-se. Questionou como será quando não existirem consensos quanto às prestações suplementares. Também questionou os poderes de fiscalização desta assembleia quanto à viabilização financeira. Finalmente pediu explicações quanto aos pontos que levaram os Srs. Vereadores do Partido Socialista a absterem-se.

O Sr. Deputado Raúl Jorge Pinto de Carvalho Gonçalves felicitou os municípios que deitaram mãos a esta iniciativa, designadamente por visarem a obtenção de apoios comunitários e por terem salvaguardado os interesses dos trabalhadores. Contestou os argumentos do PS, designadamente por não aceitar que esta seja uma empresa privada. Lembrou ainda que a Lei acautela os interesses dos trabalhadores por requisição de

interesse público. Acusou o PS de falta de coragem para assumir que é preciso mexer nas tarifas e de incoerência quando acusa a Câmara de manter deficits e ao mesmo tempo finge ignorar que isso resulta da vontade política de poupar os Reguenses a terem de suportar maiores sacrifícios. Lembrou a taxa de saneamento que foi criada pelo PS sem motivo que a justificasse.

A Sra. Deputada Joana Catarina do Souto Lopes criticou o facto de estar a ser referido um assunto do passado e ainda o PSD por lhe ter faltado coragem para ter aumentado o valor da tarifa nos anos anteriores.

O Sr. Presidente da Câmara rebateu os argumentos das Sras. Deputadas Gabriela Mesquita Guimarães e Joana Catarina Souto Lopes.

A Sra. Deputada Joana Catarina Souto Lopes disse que estavam a ser-lhe imputadas afirmações que não produziu.

O Sr. Deputado Raúl Jorge de Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves felicitou o Sr. Presidente da Câmara pelo modo esclarecedor como explicou o que estava em causa. Fez um apelo a que houvesse coragem para a aprovação da proposta por unanimidade, como já aconteceu noutro município.

De seguida a Sra. Deputada Joana Catarina Souto Lopes leu uma declaração de Voto do Partido Socialista que entregou na mesa e está anexada à presente ata.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu as questões levantadas pela Sra. Deputada Joana Catarino Souto Lopes.

Posta à votação foi a mesma aprovada por maioria com

Votos a favor 16

Votos contra 12

Seguidamente foi lida a minuta de ata parcial para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos nºs 3 e 4 do Artigo 57º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, que foi aprovada por unanimidade pelos 28 membros presente e a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.